

ENSINO DE RELAÇÕES PÚBLICAS: UMA PROPOSTA DE ESTRUTURA CURRICULAR

Dra. Cláudia Peixoto de Moura
(FAMECOS/PUCRS)

Este trabalho versa sobre a aplicação das diretrizes curriculares na Comunicação Social, no que tange a habilitação em Relações Públicas, possibilitando a elaboração de uma nova estrutura modular proposta para a formação na área. Como metodologia foram utilizadas: a) a técnica de pesquisa bibliográfica, que abordou investigações anteriormente feitas em Relações Públicas, dirigidas à questão do novo currículo para a área; b) a técnica de pesquisa documental, que possibilitou o estudo do documento final das diretrizes curriculares encaminhadas à aprovação no Conselho Federal de Educação – CFE/MEC.

As pesquisas realizadas a respeito do currículo adequado para o curso datam de 98. Por ocasião do “*Fórum do Movimento pela Qualidade de Ensino*” e “*Encontro Nacional dos Representantes de Entidades de Comunicação (INTERCOM, ABECOM, ENECOS, COMPÓS, FENAJ, UCBC)*”^{xii}, ocorrido na Universidade Federal de Pernambuco, dia 10 de setembro de 1998, realizamos um levantamento da posição dos participantes do evento a respeito da questão curricular do Curso de Comunicação Social, mediante a aplicação de um questionário. O Fórum contou com a representação das entidades acima citadas que apresentaram suas posições sobre o assunto, contribuindo para o debate com os participantes, durante o XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, promovido pela INTERCOM, na cidade de Recife.

Na ocasião 40 questionários foram respondidos por docentes interessados no assunto, de 29 Instituições de Ensino Superior que possuem o Curso de Comunicação Social com uma, duas ou três habilitações (Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda), sendo utilizados para a tabulação dos dados, que revelou diferentes posições, informações e conhecimento sobre o assunto. Os dados obtidos demonstram suas posições a respeito das seis questões do instrumento de pesquisa. É relevante o registro das Matérias ou disciplinas do Tronco Comum, da Resolução nº 02/84, que, na opinião dos pesquisados, deverão ser conservadas. Foi considerado, para o trabalho, as matérias que obtiveram percentual acima de 50%, pois este valor demonstra que mais

da metade dos respondentes indicaram tais conteúdos. São elas, em ordem decrescente de percentual:

- com 92,50% – Teoria da Comunicação
- com 87,50% – Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação
- com 85,00% – Sociologia (Geral e da Comunicação)
- com 80,00% – Filosofia
- com 80,00% – Língua Portuguesa - Redação e Expressão Oral
- com 60,00% – Psicologia
- com 60,00% – História da Comunicação
- com 57,50% – Realidade Socioeconômica e Política Brasileira
- com 50,00% – Cultura Brasileira

Como resultado, há nove matérias indicadas, sendo que quatro delas apresentam a palavra Comunicação em sua denominação, e as outras cinco estão relacionadas à formação social e humanística. Igualmente, matérias ou disciplinas da parte específica da habilitação em Relações Públicas, da Resolução nº 02/84, foram avaliadas pelos pesquisados. Apenas 30 docentes nesta habilitação indicaram as matérias a serem conservadas no novo currículo. E, das sete matérias apresentadas (Resolução nº 02/84), todas obtiveram um percentual superior a 50%, conforme pode ser observado:

- com 86,66% – Planejamento de Relações Públicas
- com 83,33% – Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral
- com 76,66% – Teoria e Pesquisa de Opinião Pública
- com 73,33% – Técnicas de Relações Públicas
- com 73,33% – Legislação e Ética de Relações Públicas
- com 63,33% – Técnica de Comunicação Dirigida
- com 56,66% – Administração e Assessoria de Relações Públicas

Nesta pesquisa, os docentes também sugeriram matérias ou disciplinas para compor o novo currículo da habilitação em Relações Públicas. O resultado foi o seguinte:

Novas Tecnologias de Comunicação/Multimídia(Novos Meios)
Marketing em Comunicação (Técnicas)

Ciências Sociais/Sociologia/Sociologia das Organizações

Comunicação Organizacional

Teorias de Relações Públicas

O fato dos docentes indicarem matérias ou disciplinas já contempladas na Resolução nº 02/84 (MEC) demonstra uma falta de conhecimento do Currículo Mínimo para o Curso de Comunicação Social. Este é o caso da indicação de Sociologia, embora a ênfase em Organizações tenha sido identificada em algumas respostas.

Outro aspecto relevante é o registro das opiniões de representantes de entidades a respeito de questões relacionadas ao ensino da Comunicação. Para tanto, na coleta de dados utilizamos a técnica de Entrevista a fim de obter informações junto aos referidos representantes das entidades selecionadas. Estas possuem abrangência nacional, representam a classe profissional nas três áreas (Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda), representam as instituições de ensino, com Cursos de Comunicação Social, em nível de graduação, e em nível de pós-graduação, representam os pesquisadores e os estudantes da área da Comunicação.

A partir dos registros das opiniões dos entrevistados, representantes da FENAJ, CONFERP^{xii}, APP^{xii}, ABECOM, INTERCOM, COMPÓS, ENECOS, foi possível estabelecer a tendência observada como resposta para a pauta utilizada na entrevista. Uma das questões pertinentes ao trabalho foi a sugestão dos entrevistados para as novas diretrizes curriculares. De modo geral foi indicado:

- liberação, flexibilização dos currículos;
- projetos interdisciplinares;
- diversidade de projetos acadêmicos/pedagógicos;
- valorização dos aspectos regionais;
- indicação de 4 ou 5 conteúdos;
- indicação das Ciências Sociais como Psicologia, História, Filosofia, Antropologia, Sociologia para compor os conteúdos;
- indicação de disciplinas de análise do próprio mercado (do fazer da profissão);
- suporte nas novas tecnologias;
- equilíbrio entre matérias teóricas e práticas;
- ensino fora da sala de aula;

De modo específico, o representante do CONFERP sugeriu o desenvolvimento da capacidade de inter-relacionar conhecimentos, das habilidades de gestão, de conduzir o processo administrativo, mediante disciplinas para estimular o pensamento mercadológico.

As sugestões identificadas na pesquisa realizada junto a docentes também indicam algumas matérias para compor um novo currículo. Isto nos permite afirmar que os novos conteúdos curriculares sugeridos estão atrelados à tecnologia, à produção das mensagens e às instituições, apresentando um vínculo com a Comunicação. Na verdade, há uma confirmação das expectativas dos docentes pesquisados e dos entrevistados em relação ao novo currículo para o curso.

Quanto às Diretrizes Curriculares elaboradas para a área, sua definição coube à Comissão de Especialistas de Ensino em Comunicação, da Secretaria de Educação Superior - SESu/MEC. Apesar de serem genéricas, apresentam parâmetros para os Cursos de Comunicação Social, com uma ou mais habilitações. O estudo desta questão motivou muitos debates, críticas e sugestões, sendo constatada uma grande influência da área de Jornalismo na versão final do documento. Nos tópicos de estudo, temas abrangentes foram identificados, permitindo que os cursos sejam diferenciados em todo o País. A diversidade é uma possibilidade para as instituições de ensino elaborarem projetos pedagógicos/acadêmicos inovadores.

A versão final do documento das Diretrizes Curriculares para a área da Comunicação Social contém características relevantes para a elaboração da nova estrutura curricular do curso, a ser dividida em duas partes: conteúdos básicos relacionados ao contexto da sociedade (indicados pelo MEC) e conteúdos específicos definidos pela própria Instituição de Ensino Superior. Não existe um elenco de matérias/disciplinas obrigatórias e eletivas para o Tronco Comum e Parte Específica. O que há são indicações de Tópicos de Estudo de conteúdos básicos e específicos.

Quanto aos Tópicos de Estudo, estes são apresentados da seguinte forma:

a) Tópicos de Estudo – Conteúdos Básicos:

Relativos à formação geral na área da Comunicação e à formação específica de cada habilitação, envolvendo conhecimentos teóricos, técnicos, práticos, reflexões e aplicações ao campo, numa perspectiva crítica. Para estes tópicos de estudo são indicados:

- conhecimentos teóricos-conceituais – conceitos e teorias gerais e específicas, para interpretar a realidade social e profissional;

- conhecimentos analíticos e informativos sobre a atualidade – informação como matéria-prima essencial e análises qualificadas da realidade;
- conhecimentos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas – domínio, reflexão, pesquisa e inovação das linguagens, técnicas e tecnologias empregadas na Comunicação e nas habilitações;
- conhecimentos ético-políticos – atuação dos profissionais, exercício do poder, constrangimentos, repercussões sociais, demandas e necessidades da sociedade na área da Comunicação.

b) Tópicos de Estudo – Conteúdos Específicos:

Definidos pela Instituição de Ensino Superior, envolvendo conhecimentos teóricos, técnicos, com reflexões e práticas na área da Comunicação e em cada uma das habilitações específicas, numa perspectiva humanística, que ultrapasse os aspectos utilitários das tecnologias. Para estes tópicos de estudo são indicados:

- parte geral dos conteúdos – referência ao campo geral da Comunicação, com ênfase nas questões básicas, trabalhadas de forma teórica e prática e relacionadas à área;
- parte específica dos conteúdos (habilitacional) – referência específica profissional, inserida no campo geral da Comunicação, com ênfase nas questões básicas, trabalhadas de forma teórica e prática, relacionada às habilitações.

Considerando os tópicos básicos para uma estrutura curricular na área, é possível buscar nos resultados das pesquisas anteriormente citadas o elenco de matérias fundamentais para a formação adequada em Relações Públicas. Nas diretrizes curriculares os dois conteúdos (básicos e específicos) dizem respeito às teorias e práticas da Comunicação, sendo tratadas simultaneamente, assim como recomendadas as perspectivas humanística e crítica. Quanto aos tópicos específicos, com conteúdos indicados pela Instituição de Ensino Superior, as sugestões dos docentes pesquisados poderiam ser utilizadas conforme o perfil e as competências/habilidades traçadas para identificar o seu egresso.

As informações obtidas tanto no documento oficial como nos dados da pesquisa realizada, permitem indicar os conteúdos necessários para a formação profissional na área. Convém registrar que estes conteúdos não são disciplinas indicadas, e sim tópicos de estudo a serem

ministrados no curso com a referida habilitação. Isto significa dizer que os conteúdos a serem ministrados nos cursos com esta habilitação devem contemplar:

Quadro nº 1 – Tópicos de estudo para a habilitação

DIRETRIZES CURRICULARES DOCUMENTO FINAL	SUGESTÃO PARA OS TÓPICOS DE ESTUDO
--	---

Conteúdos Básicos relacionados ao contexto da sociedade, à formação geral na área da Comunicação e à formação específica de cada habilitação (conhecimentos teóricos, técnicos, práticos, reflexões e aplicações ao campo, numa **perspectiva crítica**)

— conhecimentos teóricos-conceituais – conceitos e teorias gerais e específicas, para interpretar a realidade social e profissional;

— conhecimentos analíticos e informativos sobre a atualidade – informação como matéria-prima essencial e análises qualificadas da realidade;

— conhecimentos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas – domínio, reflexão, pesquisa e inovação das linguagens, técnicas e tecnologias empregadas na Comunicação e nas habilitações;

— conhecimentos ético-políticos – atuação dos profissionais, exercício do poder, constrangimentos, repercussões sociais, demandas e necessidades da sociedade na área da Comunicação.

Teoria da Comunicação

Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação

Sociologia (Geral e da Comunicação)

Filosofia

Língua Portuguesa - Redação e Expressão Oral

Psicologia

História da Comunicação

Realidade Socioeconômica e Política Brasileira

Cultura Brasileira

Planejamento de Relações Públicas

Redação e Expressão em Relações Públicas

Teoria e Pesquisa de Opinião Pública

Técnicas de Relações Públicas

Legislação e Ética de Relações Públicas

Técnica de Comunicação Dirigida

Administração e Assessoria de Relações Públicas

<p>Conteúdos Específicos definidos pela Instituição de Ensino Superior (conhecimentos teóricos, técnicos, com reflexões e práticas na área da Comunicação e em cada uma das habilitações específicas, numa perspectiva humanística, que ultrapasse os aspectos utilitários das tecnologias)</p> <p>- parte geral dos conteúdos – referência ao campo geral da Comunicação, com ênfase nas questões básicas, trabalhadas de forma teórica e prática e relacionadas à área;</p> <p>- parte específica dos conteúdos (habilitacional) – referência específica profissional, inserida no campo geral da Comunicação, com ênfase nas questões básicas, trabalhadas de forma teórica e prática, relacionada às habilitações.</p>	<p>Novas Tecnologias de Comunicação/ Multimídia(Novos Meios)</p> <p>Marketing em Comunicação (Técnicas)</p> <p>Sociologia das Organizações</p> <p>Comunicação Organizacional</p> <p>Teorias de Relações Públicas</p>
---	---

Apesar das críticas à Resolução nº 02/84, devido às imposições do Estado, os conteúdos curriculares indicados são necessários para a formação profissional. Com base na leitura das ementas, cada matéria da habilitação em Relações Públicas está vinculada a alguma atividade específica da profissão, identificando uma coerência. As matérias apresentam, tanto em termos teóricos como práticos, o desenvolvimento das atividades profissionais. Já a matéria Legislação e Ética de Relações Públicas é necessária a todas as atividades profissionais.

Percebemos que a busca pela qualidade do ensino em Comunicação Social está vinculada ao desenvolvimento das competências e habilidades no aluno em função do perfil pretendido para o futuro egresso do curso. Com a nova LDB, houve uma modificação na estrutura do ensino no País. Os currículos mínimos impostos pelo Estado deixam de existir, determinando uma abertura por parte do governo federal e uma responsabilidade pela qualidade do ensino por parte das

instituições educacionais. A construção do currículo será diferenciada nas escolas, porém os conteúdos inerentes às atividades profissionais deverão ser abordados. Cabe aos conteúdos indicados explicitar o *ser* e *fazer* da profissão de relações públicas.

Evidentemente, para a construção de um currículo adequado é necessário a definição do perfil, competências e habilidades pretendidas para o egresso. Os termos podem ser definidos como:

- perfil – *“caracterizar essencialmente e de modo sumário o que é o profissional egresso de habilitação. Trata-se portanto do SER da profissão, explicitado de modo básico e essencial, por meio de uma caracterização geral ou em poucos itens”*^{xii};

- competências e habilidades – *“explicitar o que um profissional deve ter condições de fazer para se ajustar àquele perfil. Trata-se portanto do FAZER da profissão, de modo concreto, sumário e direto, expresso em verbo no infinitivo”*^{xii};

Para Relações Públicas tanto o perfil como competências e habilidades foram retiradas do documento denominado CONCLUSÕES DO PARLAMENTO NACIONAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS, que foi um Fórum de Debates promovido pelo Conselho Federal dos Profissionais de Relações Públicas – CONFERP. O resultado das discussões foi redigido em outubro de 1997, por uma comissão nomeada pela entidade nacional, para estabelecer os consensos observados nos fóruns de debates organizados pelos Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas – CONRERPs.

Um quadro demonstrativo foi elaborado a partir das características do perfil do egresso e das competências e habilidades a serem desenvolvidas na habilitação em Relações Públicas, identificadas no documento final das diretrizes curriculares para a área. Este tipo de registro possibilitou um cruzamento de informações relativas ao SER e FAZER da profissão, como pode ser observado a seguir:

Perfil do Egresso: Ser o quê? Profissional caracterizado:	Competências/habilidades: O que fazer?
--	---

<p>Pela administração do relacionamento das organizações com seus diversos públicos, tanto externos como internos, através de estratégias de comunicação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer programas que caracterizem a comunicação estratégica para criação e manutenção do relacionamento das instituições com seus públicos de interesse - Acompanhar os desenvolvimentos de programas e avaliar os resultados obtidos na administração dos processos de relacionamento das entidades com seus públicos
<p>Pela elaboração de diagnósticos, prognósticos, estratégias e políticas voltadas para o aperfeiçoamento das relações entre instituições, grupos humanos organizados</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver pesquisas e auditorias de opinião e imagem - Realizar diagnósticos com base em pesquisas e auditorias de opinião e imagem - Elaborar planejamentos estratégicos de comunicação institucional - Fazer pesquisas de cenário institucional - Planejar, coordenar e executar programas de interesse comunitário, de informação para a opinião pública, de comunicação dirigida, de utilização de tecnologias de informação aplicadas à opinião pública, e de esclarecimento de grupos, autoridades e opinião pública sobre os interesses das instituições abordadas em seu trabalho - Coordenar o desenvolvimento de materiais de comunicação, em diferentes meios e suportes, voltados para a realização dos objetivos estratégicos do exercício da função de Relações Públicas

<p>Pelo trabalho na implantação de programas e instrumentos que assegurem esta interação, acompanhando, avaliando e aperfeiçoando os processos e produtos pertinentes com base nos resultados obtidos</p>	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolver pesquisas e auditorias de opinião e imagem- Realizar diagnósticos com base em pesquisas e auditorias de opinião e imagem- Fazer pesquisas de cenário institucional- Planejar, coordenar e executar programas de interesse comunitário, de informação para a opinião pública, de comunicação dirigida, de utilização de tecnologias de informação aplicadas à opinião pública, e de esclarecimento de grupos, autoridades e opinião pública sobre os interesses das instituições abordadas em seu trabalho- Coordenar o desenvolvimento de materiais de comunicação, em diferentes meios e suportes, voltados para a realização dos objetivos estratégicos do exercício da função de Relações Públicas- Dominar as linguagens verbais e audiovisuais para seu uso efetivo a serviço dos programas de comunicação que desenvolve- Acompanhar os desenvolvimentos de programas e avaliar os resultados obtidos na administração dos processos de relacionamento das entidades com seus públicos
---	--

<p>Pelo trabalho na implantação de programas e instrumentos que assegurem esta interação, acompanhando, avaliando e aperfeiçoando os processos e produtos pertinentes com base nos resultados obtidos</p>	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolver pesquisas e auditorias de opinião e imagem- Realizar diagnósticos com base em pesquisas e auditorias de opinião e imagem- Fazer pesquisas de cenário institucional- Planejar, coordenar e executar programas de interesse comunitário, de informação para a opinião pública, de comunicação dirigida, de utilização de tecnologias de informação aplicadas à opinião pública, e de esclarecimento de grupos, autoridades e opinião pública sobre os interesses das instituições abordadas em seu trabalho- Coordenar o desenvolvimento de materiais de comunicação, em diferentes meios e suportes, voltados para a realização dos objetivos estratégicos do exercício da função de Relações Públicas- Dominar as linguagens verbais e audiovisuais para seu uso efetivo a serviço dos programas de comunicação que desenvolve- Acompanhar os desenvolvimentos de programas e avaliar os resultados obtidos na administração dos processos de relacionamento das entidades com seus públicos
---	--

<p>Pelo trabalho junto a instituições públicas ou privadas que incluam atividades caracterizadas em termos das estratégias de comunicação segundo as quais aquelas instituições possam desenvolver interações com os interlocutores pertinentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar planejamentos estratégicos de comunicação institucional - Estabelecer programas que caracterizem a comunicação estratégica para criação e manutenção do relacionamento das instituições com seus públicos de interesse - Dominar as linguagens verbais e audiovisuais para seu uso efetivo a serviço dos programas de comunicação que desenvolve
<p>Pelo exercício de interlocução entre as funções típicas de RRPP e as demais funções profissionais ou empresariais existentes na área da Comunicação, e ainda com outras áreas sociais, culturais e econômicas com as quais as RRPP exerçam interface</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a responsabilidade social da profissão, mantendo os compromissos éticos estabelecidos - Assimilar criticamente conceitos que permitam a compreensão das práticas e teorias referentes às estratégias e processos de Relações Públicas, repercutindo-os sobre sua prática profissional - Ter as demais competências e habilidades que caracterizam o trabalho nas circunstâncias em que o profissional de relações públicas é normalmente inserido
<p>Pelo exercício de todas as demais atividades que, no estado então vigente da profissão, sejam reconhecidas pelo bom senso, pelas entidades representativas ou pela legislação pertinente, como características do profissional de RRPP</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a responsabilidade social da profissão, mantendo os compromissos éticos estabelecidos - Assimilar criticamente conceitos que permitam a compreensão das práticas e teorias referentes às estratégias e processos de Relações Públicas, repercutindo-os sobre sua prática profissional - Ter as demais competências e habilidades que caracterizam o trabalho nas circunstâncias em que o profissional de relações públicas é normalmente inserido

Podemos observar que dois itens apresentados para o perfil do egresso exigem o desenvolvimento da maioria das competências e habilidades. São eles:

- profissional caracterizado pela elaboração de diagnósticos, prognósticos, estratégias e políticas voltadas para o aperfeiçoamento das relações entre instituições, grupos humanos organizados, setores de atividades públicas ou privadas, e a sociedade em geral,
- profissional caracterizado pelo trabalho na implantação de programas e instrumentos que assegurem esta interação, acompanhando, avaliando e aperfeiçoando os processos e produtos pertinentes com base nos resultados obtidos.

Perrenoud (1999)^{xii} define como competências “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles.” O autor ainda registra que “as competências são importantes metas da formação. Elas podem responder a uma demanda social dirigida para a adaptação ao mercado e às mudanças e também podem fornecer os meios para apreender a realidade e não ficar indefeso nas relações sociais.”^{xii} Faz referência às áreas interdisciplinares, como a Comunicação, na qual “as competências profissionais desenvolvidas apóiam-se em diversos conhecimentos, disciplinares, interdisciplinares e profissionais”.^{xii} Assim, podemos constatar que as competências indicadas para a área refletem a necessidade de um conhecimento adequado ao desenvolvimento de capacidades profissionais e de ações sociais.

A discussão das diretrizes curriculares possibilitou uma identificação de aspectos relevantes no que tange às competências e habilidades desejadas aos egressos do curso, com base na documentação do MEC^{xii}. As referidas habilidades estão relacionadas aos seguintes fatores:

- formação profissional
- formação interdisciplinar
- especificidades da área
- habilidades cognitivas
- competências formativas
- aptidões esperadas
- desempenho de papéis básicos da profissão
- preparação para o exercício de funções profissionais
- execução de atividades típicas da profissão

E o currículo pleno do curso está vinculado à

- estrutura com núcleo específico – que define a identidade do curso
- estrutura flexível – que permite uma diversificação na formação do aluno
- perfil do egresso a atingir, com as habilidades a desenvolver
- integração entre teoria e prática, pesquisa básica e aplicada

Para a estruturação do referido currículo, é pertinente utilizar o resultado do Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares do Ensino de Jornalismo, que ocorreu nos dias 24 e 25 de abril de 1999, na cidade de Campinas, São Paulo. Em seu documento que aponta uma PROPOSTA DE DIRETRIZES CURRICULARES DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO E HABILITAÇÕES ESPECÍFICAS, há o seguinte registro: na estrutura geral do curso, observando disciplinas e atividades específicas para as habilitações, além da adequação entre disciplinas teóricas e práticas, existe a indicação de um percentual mínimo fixado em 50% para as disciplinas técnico-profissionais (tais como reportagem, redação e edição para diferentes mídias), e de um ensino de redação jornalística ministrado ao longo do curso.

Ora, estabelecendo um comparação com a habilitação em Relações Públicas, pode-se igualmente indicar um percentual mínimo para as disciplinas técnico-profissionais, que são aquelas responsáveis pelo ensino das atividades específicas da área, além de um ensino de redação com ênfase nas funções desempenhadas. Há possibilidade também de compararmos a Resolução nº 02/84 e o documento final das Diretrizes Curriculares, para então formalizar uma proposta de distribuição da carga horária para o Curso de Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas.

Quadro nº 3 – Distribuição da Carga Horária do curso

Carga Horária mínima de 2.700 horas-aula

Resolução nº 2/84	DIRETRIZES CURRICULARES DOCUMENTO FINAL	PROPOSTA PARA O CURSO com habilitação em Relações Públicas
45% - para matérias ou disciplinas do Tronco Comum (1.215 horas-aula)	<p>Conteúdos Básicos</p> <p>Conteúdos Específicos parte geral e específica</p>	<p>20% - para Conteúdos Básicos da Comunicação (540 horas-aula)</p> <p>30% - para Conteúdos Básicos de Relações Públicas (810 horas-aula)</p>
45% - para matérias ou disciplinas da Parte Específica (1.215 horas-aula)		<p>10% - para Conteúdos Específicos da Comunicação (405 horas-aula)</p> <p>20% - para Conteúdos Específicos de Relações Públicas (270 horas-aula)</p>

<p>10% - para Projetos Experimentais (270 horas-aula). Deve ser “excluído o tempo reservado a Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Física”(Art. 6º).</p>	<p>Projetos Experimentais ou Trabalho de Conclusão de Curso</p>	<p>10% - para Projetos Experimentais ou Trabalho de Conclusão de Curso (270 horas-aula)</p>
<p>----</p>	<p>10% (no máximo) – para aproveitamento de atividades extra-escolares (270 horas-aula)</p>	<p>5% – <i>para aproveitamento de atividades extra-escolares (135 horas-aula)</i> MAIS 5% - para estágios e atividades complementares (270 horas-aula)</p>
<p>----</p>	<p>20% (no máximo – <i>excluído o tempo dedicado a Projetos Experimentais ou Trabalho de Conclusão de Curso</i>) – para estágios e atividades complementares (540 horas-aula)</p>	<p>----- ----- OU 10% - para estágios e atividades complementares (405 horas-aula)</p>

A carga horária mínima para o curso continua sendo 2.700 horas-aula. Entretanto, não existe mais uma distribuição identificando aspectos teóricos e práticos da estrutura do currículo para o curso. Outra inovação é o reconhecimento de atividades extra-escolares. E os estágios continuam fazendo parte das atividades curriculares, quando a instituição de ensino assim determinar, desde que respeite a porcentagem máxima estabelecida pelas novas diretrizes.

A proposta apresentada prevê um estrutura modular dividida em

- Área da Comunicação Social: com conteúdos básicos, conforme o perfil, competências e habilidades indicadas no documento oficial, e conteúdos específicos, de acordo com o perfil, competências e habilidades indicadas pela instituição de ensino, totalizando 30% da carga horária (810 horas-aula)

- Área de Relações Públicas: com conteúdos básicos, conforme o perfil, competências e habilidades indicadas no documento oficial, e conteúdos específicos, de acordo com o perfil, competências e habilidades indicadas pela instituição de ensino, perfazendo 50% da carga horária (1.350 horas-aula), a exemplo do indicado no Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares do Ensino de Jornalismo. Além disso, os conteúdos específicos também seriam tratados nos Projetos Experimentais ou Trabalho de Conclusão de Curso, ocupando 10% da carga horária do curso (270 horas-aula). Estes conteúdos totalizariam 60% da carga horária, o que equivaleria a 1.620 horas-aula na área.
- Estágios, atividades complementares e atividades extra-escolares: relacionadas à área de Comunicação e/ou de Relações Públicas, totalizando 10% da carga horária (270 horas-aula).

A questão dos estágios é problemática, uma vez que há desvios de função quando o estudante se dispõe a exercitar alguma atividade no mercado de trabalho. Existe uma polêmica em relação à validade de determinados estágios, situação comum em todas as regiões, sendo este assunto relevante para outro trabalho de pesquisa. Também deverão ser devidamente avaliadas as atividades extra-escolares, pois cada instituição de ensino necessita determinar critérios para validar um período de tempo dedicado a alguma tarefa executada fora do curso.

Quanto à área de Relações Públicas, houve um acréscimo no número de horas dedicadas à habilitação, o que permite um aprofundamento nas questões teóricas e o desenvolvimento adequado das práticas profissionais. Nesta proposta, teoria e prática seriam oferecidas concomitantemente aos alunos. Porém, resta uma dúvida quanto aos conteúdos sugeridos para o currículo na área. Isto porque há necessidade de uma convergência entre os conteúdos indicados e o perfil do egresso. O desenvolvimento dos referidos conteúdos deverá estar adequado às competências e habilidades pretendidas para o graduado, dentro da porcentagem estabelecida como proposta. Além disso, o aprofundamento de determinadas questões está relacionado à qualificação do corpo docente e ao amplo entendimento da atividade profissional.

Acreditamos que esta proposta de estrutura modular para o currículo do curso permitirá estabelecer uma identidade às instituições de ensino, devido à possibilidade de elaborar novos projetos curriculares adequados às necessidades e experiências dos estudantes de cada região. A

construção do currículo será diferenciada nas escolas, porém os conteúdos inerentes às atividades profissionais deverão ser abordados. Cabe aos conteúdos indicados explicitar o *ser* e *fazer* da profissão de relações públicas, sendo esta uma preocupação que observamos nas novas diretrizes curriculares da Comunicação Social.

Fontes Consultadas:

CONCLUSÕES DO PARLAMENTO NACIONAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS. Atibaia/São Paulo: Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas – CONFERP, outubro de 1997.

DIRETRIZES CURRICULARES DA ÁREA DA COMUNICAÇÃO E SUAS HABILITAÇÕES. Brasília: CEE/COM (Documento Final).

MEC/CFE. **Documenta**, Brasília, n.278, p.209-211, fev. 1984.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **A Comunicação Social e a Legislação de Ensino Brasileira: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. São Paulo: ECA/USP, 2000 (Tese de Doutorado)

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999

PROPOSTA DE DIRETRIZES CURRICULARES DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO E HABILITAÇÕES ESPECÍFICAS. Campinas: Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares do Ensino de Jornalismo, 24 e 25 de abril de 1999.

— <http://www.mec.gov.br>